



A COLONIZAÇÃO E RESISTÊNCIA DOS POVOS ORIGINÁRIOS DA AMÉRICA LATINA¹

THE COLONIZATION AND RESISTANCE OF THE LATIN AMERICA ORIGINARY PEOPLE

Cláudia Battestin²
Jailson Bonatti³
Jeanice Rufino Quinto⁴

Resumo: O presente artigo é resultado de uma investigação bibliográfica e documental que busca apresentar desdobramentos sobre os impactos que a colonização causou na história e cultura dos povos originários na América Latina. Objetivamos refletir sobre a influência que o projeto de colonização causou nas estruturas e sistemas de vida dos povos que habitavam essas terras. Através desta investigação, evidencia-se que a cosmovisão dos povos indígenas sofreu influências externas marcantes, devido à dominação, violência e opressão do colonizador. Os subsistemas e as identidades que foram criados ao longo dos séculos, evidenciam como a dominação cultural dos projetos colonizadores ainda permanecem com predominância hegemônica e monocultural. Sendo assim, revisitar o passado se torna um compromisso ético em tempos que a luta deve ser uma constante nas práticas educativas, para manter o direito à sobrevivência e permanência dos costumes, crenças, idiomas e culturas dos povos indígenas na América Latina.

Palavras-chave: Colonização. Cultura indígena. América Latina.

Abstract: This article is the result of a bibliographical and documentary investigation that seeks to present developments on the impacts that colonization has had on the history and culture of the peoples of Latin America. We aim to reflect on the influence that the colonization project had on the structures and life systems of the people who inhabited these lands. Through this investigation, it is evident that the worldview of indigenous peoples has suffered marked external influences, due to the domination, violence and oppression of the

¹ Artigo recebido em 30 de maio de 2019 e aceito em 15 de dezembro de 2019.

² Professora do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel. E-mail: battestin@unochapeco.edu.br. <https://orcid.org/0000-0001-7871-9275>

³ Mestrando em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Pesquisa Desigualdades Sociais, Diversidades Socioculturais e Práticas Educativas. E-mail: jailson.1bio@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-5098-8614>

⁴ Mestre e doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Possui Pós-Graduação em Consultoria e Assessoria Linguística pela PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduação em Letras Língua Portuguesa e Espanhola pela Faculdade Metodista de Santa Maria. Email: jeanicequinto@hotmail.com, <http://lattes.cnpq.br/1744736900803291>

colonizer. The subsystems and identities that have been created over the centuries, show how the cultural domination of colonizing projects still remains with hegemonic and monocultural predominance. Therefore, revisiting the past becomes an ethical commitment in times when the struggle must be a constant in educational practices, to maintain the right to survival and permanence of the customs, beliefs, languages and cultures of indigenous peoples in Latin America. **Keywords:** Colonization. Indigenous culture. Latin America.

Introduzindo ideias

Escrever sobre os processos de colonização, implica reconhecer que as alianças de conquista e dominação de civilizações sobre outras são conflitos que marcaram a História Mundial. Consonante a este fato, é possível destacar que a partir do “descobrimento” da América no ano de 1492, marcava-se historicamente e estruturalmente a colonização brutal e sangrenta de povos que habitavam estas terras (TODOROV, 1998). Por outro lado, o projeto de colonização relegou o ocultamento histórico e seletivo daqueles conhecimentos e saberes que se destacavam a partir das tradições, oralidades e cosmologias presentes nas comunidades originárias. Esse projeto deixou marcas profundas na história e cultura indígena, caracterizando a expressão máxima do domínio cultural, histórico e global do eurocentrismo (QUIJANO, 2014, p. 782-783).

Ademais, é possível destacar que o interesse colonialista visava a conquista destas terras, impondo ideologicamente e violentamente outros modos de cultura, política e economia às comunidades indígenas. Para Bosi, este interesse se baseava na “[...] resolução de carências e conflitos [...] e uma tentativa de retomar, sob novas condições, o domínio sobre a natureza e o semelhante que tem acompanhado universalmente o chamado processo civilizatório” (1992, p. 13).

Por meio da conquista, forjou-se o conceito sob o qual a missão dos colonizadores era a de salvar os povos nativos de seu estado de barbárie (BAUMAN, 2013, p. 14). Deste modo, a dominação dos povos originários era legitimada a partir de um estatuto moral divino, sob o qual os princípios universais da racionalidade do sujeito europeu incidiram fortemente para o massacre de inúmeras comunidades originárias. Vale destacar que em diferentes momentos a colonização ocorreu em consonância aos interesses das coroas ibéricas e da Igreja Católica, e na afirmação de Bosi:

[...] a Cruz vencedora do Crescente será chantada na terra do pau-brasil, e subjugará os tupis, mas, em nome da mesma cruz, haverá quem peça liberdade

para os índios e misericórdia para os negros. O culto celebrado nas missões jesuíticas dos Sete Povos será igualmente rezado pelos bandeirantes, que, ungidos por seus capelães, irão massacrá-las sem piedade. (1992, p. 15)

Por este motivo, a colonização foi decisiva para suprimir as identidades originárias e legitimar o monoculturalismo do colonizador como único modelo universal de cultura, história e sociedade (QUIJANO, 1992, p. 13). De fato, colonizar implicava desumanizar e através da dominação dissonar possibilidades de reconhecer o outro com um sujeito de direitos e valores (CESAIRE, 1978, p. 17).

De acordo com Quijano (2014, p. 780), a globalização nasceu de um padrão de poder mundial instituído por um capitalismo moderno/colonial e da consequente estrutura de dominação política, histórica e cultural, ou seja, a colonialidade global. O decurso histórico desse projeto colonial de dominação alçou-se a partir da experiência europeia em determinar estruturas de classificação social baseadas na ideia de raças, componente este, articulado para colocar a racionalidade moderna a partir da experiência do etnocentrismo. A representação dessa nova ordem de poder mundial foi definida em conjunto com a ideia de identidade na América Latina por meio da:

[...] codificación de las diferencias entre conquistadores y conquistados en la idea de raza, es decir, una supuesta diferente estructura biológica que ubicaba a los unos en situación natural de inferioridad respecto de los otros. Esa idea fue asumida por los conquistadores como el principal elemento constitutivo, fundante, de las relaciones de dominación que la conquista imponía. Sobre esa base, en consecuencia, fue clasificada la población de América, y del mundo después, en dicho nuevo patrón de poder. (QUIJANO, 2014, p. 778).

Nesta perspectiva, tomando como fio condutor a necessidade de revisitar o passado e aprender com ele, esta escrita se volta a realizar reflexões em torno da colonização e suas influências marcantes para a história e cultura dos povos originários. Compreende-se que, muito precisa ser dito e investigado, pois os resquícios do projeto de colonização da América ainda deixa fortes marcas de exclusão e repressão aos povos originários. Outrora, a cosmologia que resiste com estes povos é uma forma de manter viva a resistência e a luta por uma sociedade mais digna

de ser vivida entre as culturas. Estes são alguns dos anseios que seguiram nesta escrita.

O que a colonização levou da cultura e história dos povos originários?

A história contada sobre a colonização sempre parte do contexto que conta a chegada de Cristóvão Colombo na América no final do século XV, em que a configuração social, cultural e histórica das comunidades originárias passa a ser violentadas e desmanteladas. Os interesses, puramente mercantilistas, levam o genovês a lançar-se como um comerciante de prestígio no empreendimento de “descobrimto do novo mundo”. Varela (1992, p. 32) observa que o financiamento da viagem de Colombo ocorre tanto pela nobreza dos reis católicos da Espanha, como pela associação dos banqueiros e outros almirantes da época. Neste período entre 1480 e 1500 foram sucessivas viagens de Colombo ao “novo mundo”, neste sentido, uma visão de mundo e a colonização de um imaginário começam a ser articuladas enquanto um projeto de descoberta, que tinha como premissa o ideal de conquistar novas terras.

Para os reis católicos a conquista do almirante genovês e sua frota representavam não apenas um descobrimento, mas a possibilidade de enriquecer à custa de vidas tiradas e escravizadas. Muitos indígenas eram enviados a Europa como escravos, segundo Varela (1992, p. 128) a rainha ganhava tantos indígenas que até mandava de presente para sua filha princesa Juana.

Contudo, não bastasse a escravidão, a cultura material e imaterial também estava sob ameaça constante, cabe observar que os Estados Nacionais,

(...) escreyeron estar integrando y amparando la historicidad indígena, no obstante, lo que em realidad estaba sucediendo era la negación de la identidad étnica en cuanto proceso individual y colectivo de auto adscripción y discursos propios. Sólo se “rescataba” y “arrancaba” del indígena, su acervo folclórico y pintoresco. (TAPIA, 2016, p. 347).

Prova disso, são as centenas de peças e indumentárias indígenas que permanecem nos museus da Europa até o tempo presente. Segundo Alvim (2018), os exemplares de maior relevância histórica encontram-se na Dinamarca, França, Itália, Bélgica, Alemanha e Suíça. Os objetos saíram

do Brasil principalmente como consequência da invasão e expulsão holandesa no Nordeste no século 17. Por exemplo, os mantos tupinambás, traçados de fibras naturais, com cores e penas vermelhas de guarás e azuis de ararunas, só podem ser vistos no Nationalmuseet, em Copenhague, capital da Dinamarca. A primeira vez que as indumentárias saíram deste museu para o Brasil, foi no ano de 2000 em comemoração aos 500 anos do “descobrimento”. Na ocasião, o povo tupinambá surpreendeu-se em ver uma parte de sua história e passou a requerer o retorno das indumentárias para o Brasil, sem sucesso, as peças continuam na Dinamarca.

Cabe destacar que, se no Brasil os indígenas seguem produzindo e comercializando artesanatos, é devido a resistência que em espaços proibidos de ser, puderam manter os traçados, a geometria, as cores e as marcas de suas identidades e grupos étnicos. As manifestações culturais dos indígenas retratam uma identidade que resistiu ao tempo, mostram que através das fendas puderam deixar aflorar uma luz e força para seguir lutando diante das imposições de outros modos culturais. Neste contexto, Bhabha compreende que as forças “de autoridade social e da subversão ou subalternidade podem emergir em estratégias de significação deslocadas, até mesmo descentradas” (1998, p. 206). É Diante de tantas imposições, regras, proibições e silenciamento, que os indígenas conseguiram resistir e reafirmar as suas identidades e particularidades culturais.

A chegada dos colonizadores ou “invasores”, no território latino-americano, evidencia que não ocorreram trocas de saberes e culturas, muito menos de objetos, o que ocorreu, foram alianças que faziam parte do projeto colonialista e expansionista. Nessa perspectiva, Cesairé (1978, p. 23) afirma que o ideal do colonizador europeu era inferiorizar estes grupos originários, em voga de se destacarem como “seres superiores” em relação aos povos nativos, noção esta que nasce da premissa de que o sujeito branco, europeu e católico tinha uma missão divina de converter estes povos e ensiná-los as doutrinas cristãs. Assim, o discurso humanista europeu foi colocado em suspensão, uma vez que a naturalização da dominação de povos considerados bárbaros e inferiores estava de acordo com um estatuto moral divino.

Foi nesta perspectiva de dominação e superioridade que o projeto foi sendo ampliado no Brasil. Por exemplo, os povos originários do Sul do Brasil, principalmente os que habitavam os pampas do Rio Grande do Sul, eram bons domadores de cavalos selvagens, costumavam domar para

o escambo com os portugueses. Tem-se o registro de 1787 sobre este fato publicado nos Anais da Biblioteca Nacional.

Estimam, gostam e diligenciam para que se lhe dê tudo o que precisam, de regalo, porém postos em necessidade fazem as suas viagens, a algumas das Povoações meridionais de Missões, e Fronteira de Rio Pardo, conduzindo alguns cavalos dos seus apanhados no campo, pares de bolas, e cayapis novos para trocarem por erva-mate, panos de algodão, facas flamengas, tabaco de fumo, aguardente ou alguns freios. (SALDANHA, 1938, p. 236).

Em outras regiões do Brasil como em Porto Seguro, Pernambuco e Cabo Frio, as trocas eram feitas através da madeira. Os nativos realizavam o trabalho de derrubada e feitoria, em troca, recebiam machados, espelhos, facas, canivetes. Segundo escritos do historiador Couto (1999, p. 57-58) essa estrutura foi organizada entre 1501 e 1502. Os portugueses perceberam que para realizar o trabalho da extração do pau Brasil com os navios ancorados no litoral, tornava muito alto os custos pela demora, desta forma, passaram a organizar com os indígenas a estocagem desta madeira e armazenamento até a chegada das embarcações. Em muitos países da Europa, especialmente em Portugal, a presença da madeira das matas brasileiras nas construções e mobiliários é notória. Evidenciando, o quanto o processo de colonização foi explorador e corrupto.

No célebre livro de Frei Bartolomé de las Casas, “O Paraíso Destruido: a sangrenta história da conquista da América”, há referências escusas sobre a denúncia da saga genocida do sujeito colonizador. Em inúmeras passagens deste livro Frei Bartolomé narra os violentos massacres de numerosos reinados de povos originários. A relação dos indígenas com o colonizador ocorria através da dominação aproveitada da índole inocente destes grupos, grandes parcelas étnicas como, por exemplo a da etnia Guarani foram subordinadas ao sistema de “encomiendas”. Segundo Mones-Ruiz, o sistema de encomendas:

[...] aparece tanto em estúdios clásicos de instituciones castellanas, como en los más recientes, de instituciones indígenas. Uno de sus elementos era la *comenda*, con isso o *mandati* traída desde Europa y se trataban de tierras y poblaciones que el rey donaba a grandes señores [...] el encomendero tenía la ventaja de gobernar esos

lugares y cobrar los derechos que pertenecían al Rey [...] quando se fundaba una ciudad, [...] se repartían las tierras y se repartían los indios entre los vecinos para formar las encomiendas. (2011, p. 34).

Essa frente colonizadora buscava, principalmente, a exploração de novas terras, organizando-se através da dominação e quando havia resistência muitos destes grupos eram dizimados ou escravizados. Em um primeiro momento essa dominação ocorreu de forma pacífica baseada na confiança entre ambos e no escambo, porém, quando o europeu a perceber que o indígena agia com desconfiança, travou-se uma luta de opressão com esses povos. Neste momento, segundo Magalhães e Prodanov (2010, p. 164), os povos originários serviram principalmente para mão-de-obra aos europeus, isto significa que eles se tornaram prisioneiros de sua própria liberdade.

Foram tantos os séculos de servidão, que os povos originários da América tiveram suas histórias marcadas de diferentes formas com o passar dos séculos. A vinda da Companhia de Jesus (Jesuítas) durante o século XVI nas Américas representou outra forma de dominação a estes povos. Conforme Magalhães e Prodanov (2010, p. 164), com a chegada dos jesuítas, as coroas ibéricas com o apoio desta Ordem, começaram um novo projeto de doutrinação que teve como finalidade a evangelização e catequização dos indígenas. A principal função dos jesuítas era adquirir uma massa ideológica de “cordeiros” nas terras do Novo Mundo, para assim defender os interesses da Igreja Católica e, sobretudo, refrear e impedir o avanço crescente da Reforma Protestante, liderada por Lutero na Europa.

Consequentemente, as Missões Jesuíticas instaladas na América deram continuidade ao desenvolvimento de um ideal econômico, social e político, através da junção e aliança com grupos étnicos em locais denominados Reduções. A evangelização consistia segundo Santos (2012), na adaptação dos indígenas “reduzidos” aos padrões socioeconômicos modernos e na nova dimensão do trabalho regidas pelas práticas culturais cristã-ocidentais, sustentadas pelo racionalismo econômico do trabalho capitalista, ou seja:

Na medida em que a ação se consubstanciava, novos discursos em prol do trabalho eram produzidos, separando cada vez mais os indígenas cristãos – os fiéis – daqueles que não aceitavam e resistiam às regras – os infieis – cujos discursos

eram atentados pelas concepções ocidentais de ócio e vício. Mas, não devemos esquecer que no âmago do projeto apostólico-político instava o interesse de explorar os potenciais socioeconômicos das regiões onde o modelo reducional foi implantado. Além disso, a Companhia de Jesus também disputava a mão-de-obra indígena com os espanhóis, impedindo-os de serem mitaios ou encomiendados. Portanto, as “Instruções” e a organização de Reduções eram a forma de garantir a preservação da mão-de-obra indígena para o trabalho e engrandecimento do projeto apostólico-político da Companhia de Jesus (SANTOS, 2012, p. 34).

A influência cultural europeia com as práticas originárias é notória, pois os mesmos viam na religião católica uma forma totalmente distinta de observar e compreender o mundo. Por exemplo, na dinâmica cultural da etnia Guarani, a busca da “Terra Sem Males”, condição milenar do encontro e chegada a um local de pertencimento identitário, muito se assemelha com a busca e redenção ao paraíso compreendido na prática cristã. Neste sentido, em muitos casos a cosmovisão das parcelas étnicas sofre influências externas, devido a sobrepujança da dominação, violência e opressão do colonizador.

Contudo, devemos observar que as práticas dos povos originários nunca foram abandonadas, uma vez que a influência de rituais de ambas as culturas era um atrativo, e na maioria das vezes aceitavam de “bom grado” a cultura religiosa dos jesuítas. Esta condição presente no diálogo entre jesuítas e indígenas, mostrava a façanha com que esses povos tinham de manter sua originalidade cultural, mesmo que encoberta por ações e afirmações da religião cristã.

Irurtia (2007, p. 136-137) constata que o contato inicial entre os Jesuítas e nativos era rico em favores e consumos para a defesa e proteção de ambos. Esse processo de câmbio, deu-se também no aglomerado missionário nas regiões sul do território da América Latina, que atualmente correspondem às nações do Uruguai, Paraguai, Brasil e Argentina.

Importante enfatizar que no ano de 1628, grupos de bandeirantes destruíram e assaltaram inúmeras aldeias em território jesuíta. Neste momento os padres jesuítas tiveram um papel importante para salvar os indígenas, “resolveram abandonar a região, levando com eles 10.000 Guaranis, em centenas de canoas, rio Paraná abaixo. Chegaram até a região do Tape, ao sul da atual cidade de Porto Alegre, e depois fundaram, ao longo do Rio Uruguai, 30 aldeias cristãs que muito prosperaram”

(PREZIA, 1995, p. 92). As chamadas aldeias cristãs, contribuíram em um primeiro momento para o abrigo e proteção, porém, com a catequização, os costumes e as práticas ocidentais passaram a predominar nas práticas ritualísticas dos indígenas.

Foi exatamente nestas regiões que foram instituídas as reduções jesuíticas, organizadas pelos missionários com a presença dos guaranis, que serviram de mão de obra para a construção das fortalezas e para doutrinação. As reduções prosperaram por mais de 100 anos, desenvolvendo um singular e complexo sistema de negócios com a pecuária, especiarias e principalmente com a erva-mate, utilizada até hoje pelas culturas que habitam principalmente o Sul do Brasil.

Contudo, os processos históricos estabelecidos entre a doutrinação, exploração e dominação das práticas indígenas no Sul do Brasil, deixaram mazelas e lacunas, principalmente na influência identitária linguística dos povos originários. Dentre tantas influências culturais sofridas pelos indígenas, a linguagem se enquadra como uma das grandes perdas da cultura imaterial.

De acordo com Prezias (1995, p. 94) com o reinado de Marquês de Pombal, foi decretado que as aldeias cristãs deixassem de ser controladas pelos padres e passassem a ser lideradas por funcionários dos governos. As capelas se tornaram paróquias e na visão dos europeus os indígenas deixaram de ser “bárbaros”, passando a adotar nomes e sobrenomes dos portugueses, sendo ocultada toda ancestralidade que havia por trás de cada nome indígena.

No caso brasileiro, os métodos de sobrenome não são apropriados para identificar a ancestralidade indígena ou africana. Esses grupos adotaram, ou melhor, foram forçados a adotar sobrenomes ibéricos. Isso faz com que o termo “ancestralidade” se refira (...) à ancestralidade do sobrenome e não do indivíduo. (MONASTERIO, 2016, p.08).

Com os idiomas também ocorreram grandes perdas, ou seja, as línguas nativas passaram a ser proibidas, e a língua portuguesa passou a ser uma exigência por parte dos colonizadores.

Não bastasse as lutas e resistências vividas por séculos, no ano de 1939, o presidente do Brasil Getúlio Vargas implementou a Campanha de Nacionalização, um projeto que visava diminuir a influência da cultura dos imigrantes europeus no país. O objetivo era valorizar a "cultura popular brasileira" e perpetuá-la. Os imigrantes foram proibidos de falar qualquer

língua estrangeira, tanto em escolas como em igrejas. Todos deveriam falar a língua portuguesa. A ideia era de que o Brasil se tornasse uma nação única, capaz de valorizar a sua própria cultura. Cultura essa que não se preocupou em valorizar e respeitar a diversidade cultural que já existia aqui, muito antes da chegada dos colonizadores e imigrantes. Santos reforça:

Contudo, a ideia de nação única, que congrega os mesmos valores e partilha sentimentos comuns de pertencimento, estaria ameaçada pela existência, em algumas regiões, de comunidades organizadas com base em aspectos sociais e culturais estrangeiros, antinacionais e isentos daquele patriotismo preconizado pelo governo brasileiro. Por isso, a partir das primeiras décadas do século passado, mas sobretudo durante o Estado Novo (1937-1945), medidas com propósitos nacionalistas atingiram aquelas localidades oriundas da imigração europeia, principalmente as dos estados sulinos (2010, p. 24).

Com esta proibição em prol da valorização do projeto de nacionalização, os indígenas passam a ser obrigados a utilizar e registrar nomes não indígenas e abandonar seus idiomas originários. Se o objetivo era cultivar e resgatar a demanda por uma "cultura brasileira", em que momento os povos originários foram considerados partes de uma população brasileira? E o que é a língua portuguesa se não uma língua europeia? Aquele que deveria ser um projeto de governo que valorizasse a língua materna e mantivesse ao menos de forma parcial a história destes povos, nunca existiu.

A diversidade linguística no Brasil é enorme, e os idiomas possuem inúmeras diferenças de vocabulário, bem como, regras gramaticais próprias de acordo com determinada região, grupo étnico e família linguística.

O universo linguístico indígena poderia ser comparado a um rico mosaico no qual cores se distribuem, ora formando conjuntos assemelhados em torno de tonalidades levemente diversas, ora agrupando cores contrastantes. Povos com línguas aparentadas podem apresentar um quadro cultural bastante homogêneo, como se fossem por exemplo, diversas tonalidades do azul. Mas é comum, também, encontrar povos que falam línguas diferentes compartilhando um estilo de vida muito parecido (JUNQUEIRA, 2002, p. 68).

Importante lembrar que, antes da chegada dos portugueses falavam-se milhares de idiomas no Brasil, desde o último censo, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010) o Brasil abriga 305 povos indígenas e 274 línguas originárias. Para se ter uma ideia da riqueza cultural, o país ainda possui mais línguas autóctones do que toda a Europa, pois lá são 140, segundo o Instituto de História Europeia.

No Sul do Brasil, uma das etnias mais populosas é a kaingang, e segundo Veiga (1992, p. 37) a língua Kaingang é integrante da família Jê do tronco linguístico Macro-Jê, sendo o idioma presente nas comunidades indígenas de quatro estados brasileiros: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Já a língua Guarani faz parte da família linguística Tupi-Guarani do tronco linguístico Tupi, também é bastante conhecida no Sul do Brasil, se trata de um idioma falado de diferentes maneiras, variantes e dialetos. Um percentual de 90% da população do Paraguai, formado por não indígenas falam o idioma, o que torna o país bilíngue. Para os Guaranis, a língua ou palavra assume um papel importante e relevante dentro da cosmologia e na elaboração de identidades.

O fato é que, os indígenas resistiram até onde puderam, sofreram e ainda sofrem com a extinção de suas línguas maternas. O linguista Saussure faz uma importante reflexão acerca dos mecanismos que envolvem a aquisição de um idioma.

A unidade linguística pode ser destruída quando um idioma natural sofre a influência de uma língua literária. Isso se produz infalivelmente todas as vezes que um povo alcança certo grau de civilização. Por "língua literária" entendemos não somente a língua da literatura como também, em sentido mais geral, toda espécie de língua culta, oficial ou não, ao serviço da comunidade inteira. Abandonada a si mesma, a língua conhece apenas dialetos, nenhum dos quais se impõe aos demais, pelo que ela está destinada a um fracionamento indefinido. Mas como a civilização, ao se desenvolver multiplica as comunicações, escolhe-se por uma espécie de convenção tácita, um dos dialetos existentes para dele fazer o veículo de tudo quanto interesse à nação no seu conjunto. Os motivos de tal escolha são diversos: umas vezes se dá preferência ao dialeto da região onde a civilização é mais avançada, outras ao da província que tem a hegemonia política e onde está sediado o poder central; outra é uma corte que impõe seu falar à nação (2006, p. 246).

Com base no modo em que o processo de colonização ocorreu no Brasil, os povos originários foram considerados “bárbaros”, mesmo estando em suas próprias terras. As línguas nativas foram perdendo força e prestígio, mesmo que houvesse luta pela preservação de seus idiomas.

No século XXI, o que podemos perceber é que os indígenas ainda resistem em manter seus idiomas, manifestações culturais e cosmologias. Temos como exemplo os descendentes dos Guaranis e Kaingangs, que ainda continuam na luta e resistência pela preservação de suas culturas e suas terras. Diante das considerações apresentadas é que, seguramente, podemos dizer que o Brasil ainda vive por um processo de colonização.

Palavras finais sem fim

Os desdobramentos dos impactos que a colonização causou na história dos povos originários na América latina, é incalculável. Mas os desafios para a sobrevivência e permanência dos seus costumes, crenças, idiomas e culturas, precisam ser evidenciados, pois ainda é grande a ignorância referente a presença de indígenas, por exemplo, em todo território brasileiro. Os agravantes que perpassam até nossos dias, resultam de vários projetos que foram idealizados por alianças e acordos de expansão territorial. O projeto de colonização continha um projeto de civilização alçado pelo colonizador que não teve preocupações ao excluir, negar e ocultar as culturas, cosmologias, crenças e idiomas, pois o objetivo maior era manter a monocultura enquanto projeto ideológico, universal e político.

Foi um ato para barbarizar o subalterno, e ainda o expropriar de sua condição de sujeito, escravizar seu corpo e mente, e aludir uma consciência de ser humano inferior. Portanto, não há como medir um distanciamento entre civilização e barbárie, mas é preciso revisitar a história quando a própria civilização tende a revogar conscientemente o estatuto humano instituindo uma ideia universal, opressiva e dissonante de civilidade (CESAIRE, 1978, p. 20).

Desde então, as comunidades indígenas vêm protagonizando desafios constantes, sempre com fortalecimento de organizações, porém, cabe destacar que os indígenas reagem de formas diferenciadas diante deste processo histórico “desde pequenos levantes até a resistência armada, mas recentemente tem havido a consolidação de uma nova etapa nesse enfrentamento que são as diferentes formas de luta política, viabilizadas pelas organizações indígenas” (BITENCOURT, 2000, p. 2).

Não se finaliza uma escrita quando está incumbida de mencionar e pensar aspectos ditos e não ditos de um passado que carregou e legitima as atrocidades que continuam sendo ameaças aos povos indígenas. Os subsistemas e as identidades que foram sendo criadas ao longo dos tempos, nos mostram como a dominação cultural dos núcleos colonizadores, ainda permanecem com predominância hegemônica desde o período dos grandes projetos imigratórios e de colonização.

Referências

ALVIM, Mariana. **Das peças indígenas a fósseis: os itens culturais brasileiros que estão ou correm risco de ir parar no exterior**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42405892>. Acesso em: 26 de abr. de 2020.

BAUMAN, Zygmunt. **A cultura no mundo líquido moderno**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Trad. Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

BITTENCOURT, Libertad Borges. O movimento indígena organizado na América Latina – A luta para superar a exclusão. **Anais Eletrônicos do IV Encontro da ANPHLAC**. Salvador, 18pg., 2000. Disponível em: http://anphlac.fflch.usp.br/sites/anphlac.fflch.usp.br/files/libertad_bittencourt.pdf. Acesso em 17 de março de 2017.

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CESAIRÉ, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. 1. ed. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1978.

COUTO, Jorge. A gênese do Brasil. In.: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **Viagem incompleta: A experiência brasileira**. São Paulo: Editora Senac, 1999, p. 57-58.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm>. Acesso em: 8 de ago. 2018.

IRURTIA, María Paula. Intercambio, novedad y estrategias: las misiones jesuíticas del sur desde la perspectiva indígena. **Avá**, n. 11, p. 135-167, 2007.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia indígena: uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil.** São Paulo: EDUC, 2002.

LAS CASAS, Frei Bartolomé. **O paraíso destruído: a sangrenta história da conquista da América.** Tradução de Heraldo Barbuy. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MAGALHÃES, Magda Lima; PRODANOV, Cleber Cristiano. Jesuítas, culturas nativas e colonos: relações interculturais na América Ibérica. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 14, n. 1, p. 159-173, 2010.

MONASTÉRIO, Leonardo. **Sobrenomes e ancestralidade no Brasil.** Brasília: Ipea, 2016.

MONES-RUIZ, Gabriel Rocca. Regulación jurídica del trabajo indígena em el Rio de la Plata y Tucumán durante el período hispánico (siglos XVI, XVII y XVIII). Fuentes para su estudio. **Revista Cruz de Sur**, ano 1, n. 1, p. 11-112, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidade/racionalidade. **Perú Indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes: de ladependencia histórico-estructural a lacolonialidad/descolonialidaddel poder.** 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014.

PREZIA, Benedito; HOORNAER, Eduardo. **Esta terra tinha dono.** São Paulo: FTD, 1995.

SANTOS, Ademir Valdir dos. Educação e nacionalismo: configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 10, n. 3, p. 82-111, 2010.

SALDANHA, José de. Diário resumido e histórico. [1787]. **Anais da Biblioteca Nacional.** Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1938. vol. LI, p.236.

SANTOS, Júlio Ricardo Quevedo dos. A regulamentação do trabalho indígena nas Missões Jesuíticas. **Revista Latino-Americana de História**, v. 1, n. 3, p. 24-44, 2012.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** BALLY, Charles; SECHEHAYE, Albert (Orgs.). Trad. de Antônio Chelini São Paulo: Cultrix, 2006.

TAPIA, Pedro Canales. Identidades Étnicas y Estados Nacionales en América Latina, 1930-1990. In: **Los claros cueros del debate: pueblos indígenas, colonialismo y subalternidad en América del Sur. Siglos XX y XXI.** Colección e-200, 2016, p. 345-372.

TODOROV, Tzvetan. **La conquista de América**. México: Siglo XXI Editores, 1998.

VARELA, Consuelo. **Cristóbal Colón: retrato de un hombre**. Madrid: Alianza Editorial, 1992.

VEIGA, Juracilda. Revisão bibliográfica crítica sobre a organização social Kaingang. **Cadernos do CEOM**. Chapecó, vol. 6, n. 8, 1992.